

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. A Companhia e suas operações

A Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras –, sediada no Setor Comercial Sul – SCS – Quadra 9 – Bloco B – Salas 301 a 305 – Brasília (DF) – CEP: 70.308-200 (Edifício Parque Cidade Corporate – Torre B), endereço eletrônico: www.telebras.com.br, CNPJ 00.336.701/0001-04, é uma sociedade empresária de economia mista e de capital aberto, vinculada ao Ministério das Comunicações, constituída em 9/11/1972, de acordo com a Lei 5.792, de 1/07/1972, devidamente autorizada pela ANATEL para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (Termo PVST/SPV Nº 118/2011, publicado no DOU em 07/04/2011), portanto rege-se pela Lei 6.404/76, por disposições especiais de leis federais e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pela legislação de telecomunicações, pelas leis e usos do comércio e demais disposições legais aplicáveis ("Telebras" ou "Companhia").

Em 31 de dezembro de 2015, a União detinha diretamente 57,61% das ações ordinárias com direito a voto e 47,40% de seu capital total. Em 03/12/13, por meio de Decreto da Presidência da República, a União autorizou a transferência de ações de emissão da TELEBRAS, de sua titularidade, para a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, correspondente a 33,17% das ações ordinárias e 27,28% do capital social da Companhia.

Resumo do quadro societário em 31/12/2015:

0	ORDINÁRIAS	NOMINATIVAS		PORTADOR T O T		TOTAL	OTAL	
ORDEM	ACIONISTA	QTDE AÇÕES	%	ACIONISTA	QTDE AÇÕES	ACIONISTA	QTDE AÇÕES	%
1	UNIAO FEDERAL	56.135.733	57,61	UNIAO FEDERAL	1.155	UNIAO	56.136.888	47,4
2	FINEP	32.316.006	33,17	FINEP	-	FINEP	32.316.006	27,28
3	OUTROS	8.987.980	9,22	OUTROS	21.001.844	OUTROS	29.989.824	25,32
_	TOTAL	97.439.719	100	TOTAL	21.002.999	TOTAL	118.442.718	100

Em estrita consonância com os seus objetivos institucionais, a Companhia continua direcionado seus esforços no sentido de (i) intensificar a implantação da infraestrutura necessária ao Programa Nacional de Banda Larga – PNBL – Decreto 7.175/2010; e (ii) ampliar sua carteira de clientes corporativos.

Projetos Especiais também estiveram e estão no foco das ações da Telebras, são eles: (i) a aquisição do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (Projeto SGDC); e (ii) o desenvolvimento do Projeto de Cabos Submarinos Internacionais.

Em 29 de fevereiro de 2016, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes informações contábeis de 2015, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração e à análise do Conselho Fiscal.

1.2. Controlada e coligada

1



Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía participações societárias em empresa controlada direta (subsidiária integral) e coligada.

a. Controlada direta (subsidiária integral):

TELEBRAS COPA S.A. ("TELEBRAS COPA" ou Controlada): sediada em Brasília, Distrito Federal, tem por objeto a prestação de serviços de telecomunicações à *Fédération Internationale de Football Association* – FIFA e seus parceiros e conveniados. A subsidiária funcionará por tempo determinado, desde a data de sua criação, em 07/02/2013, até a data do término dos eventos da Copa do Mundo de 2014. Ocorre que, do ponto de vista da Controlada, os eventos ainda não terminaram, em virtude de possuir direitos a receber, discutidos administrativamente, portanto, o seu encerramento ainda não foi efetivado. As Atas da 1ª (primeira) Assembleia Geral Ordinária de Acionista (AGO) e da 1ª (primeira) Assembleia Geral Extraordinária de Acionista (AGE) de 31/10/2014, justamente pelo que aqui fica esclarecido, introduziram alteração do artigo 2º do seu Estatuto Social, que trata da "Duração da Sociedade". Uma vez encerrada, a Controlada será incorporada pela Companhia, o que deve acontecer em 2016.

b. Coligadas:

VISIONA TECNOLOGIA ESPACIAL S.A. ("VISIONA" ou Coligada), com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, Brasil, tem por objeto atuar, no Brasil ou no exterior, nas atividades de pesquisa, especificação, projeto, desenvolvimento, certificação, fabricação, prestação de serviços de manutenção, de engenharia, modernização, seleção e contratação de fornecedores, integração, logística, treinamento, operação, comercialização, locação, importação e exportação de satélites, estações de terra e outros equipamentos e sistemas aeroespaciais, voltados, inclusive, para atividades relacionadas ao atendimento das necessidades do Governo Federal relativas ao plano de desenvolvimento de satélite brasileiro, em especial no âmbito do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, e à comunicação estratégica de defesa e governamental, no âmbito da Estratégia Nacional de Defesa, assim como (b) o suporte logístico contratado para as atividades mencionadas.

A VISIONA foi contratada pela TELEBRAS para fornecer o sistema do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), nos termos do Decreto nº 7.769/12.

CABOS BRASIL EUROPA S.A., é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP, constituída em 13 de julho de 2015, por prazo indeterminado, com Capital Social Subscrito de R\$ 3.500 mil, dividido em 3.500.000 (três milhões e quinhentas mil) ações ordinárias, todas nominativas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, sendo que a Telebras é detentora de 35% do capital total, sendo que o restante 65% pertence à parceira Islalink S. L., sociedade constituída de acordo com as leis da Espanha, com sede em Madrid, e tem por objeto a construção, operação, manutenção e a comercialização de infraestrutura de cabo submarino de telecomunicações e serviços afins, entre a Europa e o Brasil.

1.3. Resumo das Participações Societárias:

Participação direta	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Subsidiária integral		
TELEBRAS COPA	100%	100%
Coligada		
VISIONA	49%	49%
CABOS BRASIL	35%	-

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

a. Demonstrações Consolidadas



As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e estão identificadas como "Consolidado".

As práticas contábeis, adotadas no Brasil, compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC – e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

A Companhia e sua Controlada mantêm práticas contábeis uniformes.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação da DVA, que é apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Contábeis.

b. Demonstrações Individuais

As Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão identificadas como "Controladora".

Essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, mas somente no que se refere à avaliação dos investimentos em companhias controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que, para fins das IFRS, os investimentos deveriam ser avaliados pelo custo ou pelo valor justo.

c. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia, após a análise das operações e negócios pela Administração, é o Real (R\$).

d. Estimativas Contábeis

A preparação das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas requer o uso de estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data de sua preparação, bem como experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As estimativas e julgamentos são continuamente reavaliados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido às incertezas inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas são utilizadas para determinar a vida útil do ativo imobilizado e intangível, avaliar o valor recuperável de ativos, projeções de lucros fiscais, contingências, determinação da valoração de ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados, determinação do valor justo de instrumentos financeiros, mas não se limitam a isso.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa



Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As disponibilidades financeiras estão representadas por saldos positivos depositados em conta corrente e por aplicações financeiras de liquidez imediata (diária) no Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista da Administração Federal. Estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo o valor de mercado e com risco insignificante de mudança de seu valor. **Vide Nota Explicativa nº 4.**

As aplicações financeiras de liquidez imediata diária são feitas em fundos de investimento financeiro extra mercado de renda fixa, em Títulos do Tesouro Nacional e CDB/RDB de emissão do Banco do Brasil e em Fundo de Investimento I Multimercado, destinados a acolher investimentos exclusivamente de pessoa jurídica integrante da Administração Federal Indireta, cuja carteira do Fundo é composta por títulos federais, em operações finais e/ou compromissadas e operações em mercados derivativos que serão utilizados para proteção, posicionamento e/ou alavancagem de sua carteira. **Vide Nota Explicativa nº 4.**

A TELEBRAS realizou as seguintes aplicações financeiras:

- a) Fundo de Investimento de Renda Fixa essa aplicação tem remuneração atrelada à taxa do CDI, como garantia da transação parcial firmada com a PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, em função de ação judicial com sentença transitada em julgado;
- b) Fundo de Investimento de Extra Mercado cuja remuneração está atrelada aos índices IMA-B e IRFM, e
- c) Fundo de Investimento Multimercado constituído com o objetivo de *hedge* cambial do Projeto SGDC (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas do Brasil).

A TELEBRAS realizou aplicação em Fundo de Investimento de Renda Fixa com remuneração atrelada à taxa do CDI, como garantia da Transação Parcial firmada com a PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, em função de ação judicial com sentença transitada em julgado. O saldo em 31 de dezembro de 2015, é R\$ 24.335 mil (R\$ 22.070 mil em 2014).

3.2 Contas a receber

A Companhia classifica os valores a receber dos clientes na rubrica contas a receber. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, sendo apresentados pelo valor presente, deduzidos pelo ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação por meio da constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Os saldos de contas a receber de clientes incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços prestados. **Vide Nota Explicativa nº 5.**

a. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos, sendo os saldos demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a classificação do título que as originaram. O critério utilizado pela Companhia para constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa (Créditos em cobrança judicial) é considerado pela Administração como adequado para estimar as perdas com créditos decorrentes da prestação de serviços.

3.3. Tributos a Recuperar

Os tributos a recuperar correspondem, na quase totalidade, ao saldo do imposto de renda pago a maior, ao imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras e outros, a serem restituídos pelo Governo Federal, ou a serem compensados com tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal e estão registrados ao valor esperado de recuperação. **Vide Nota Explicativa nº 6.**



3.4. Imposto de Renda e Contribuição Social

A partir do exercício de 1998, a Companhia deixou de efetuar registros contábeis dos ativos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social em relação às diferenças temporárias e aos prejuízos fiscais e a base negativa de Contribuição Social, dada a incerteza de suas recuperações futuras, ocasionada pelo processo de desestatização e a iminência de liquidação da TELEBRAS. A Companhia voltará a registrar contabilmente tais ativos na medida em que seja provável que a disponibilidade de lucros tributários futuros, contra os quais eles possam ser utilizados em função do normal cumprimento de suas novas atividades. **Vide Nota Explicativa nº 6.**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados com base em suas alíquotas efetivas sobre o lucro real e considera a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social, quando aplicável, limitadas a 30% do lucro real, nos termos da lei.

3.5. Ativos Realizáveis - Créditos

Representados preponderantemente por (1) gastos com salários e encargos sociais incorridos com o pessoal cedido, como suporte para o funcionamento da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e outros Órgãos do Governo, de acordo com legislação específica, não reconhecidos como despesas na Companhia e, sim, como um direito a receber e (2) aplicações em ações de companhias abertas e títulos do Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM –, avaliadas pelo valor de mercado, conforme a cotação informada pela Bolsa de Valores de São Paulo.

3.6. Demais Ativos Circulantes e Realizáveis a Longo Prazo

São apresentados pelo valor provável de realização na data do Balanço.

3.7. Investimentos

Os investimentos em empresas coligadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial, assim como as participações societárias em empresas controladas e coligadas estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras da Controladora.

Com base no método de equivalência patrimonial, os investimentos são contabilizados no Balanço Patrimonial ao custo, ajustados periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destes em contrapartida de resultado de equivalência patrimonial e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos. Os ganhos e perdas não realizados em transações entre controladas e coligadas e a Companhia são eliminados proporcionalmente à participação nestas empresas.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da Controlada e da Coligada. Vide Nota Explicativa nº 10.2.

3.8. Imobilizado

A Telebras, ao elaborar os projetos para aquisição, construção e ou implantação dos bens, equipamentos e demais ativos de rede destinados à prestação de serviços de telecomunicações vinculados ao PNBL ("Ativos de Rede"), planejou a sua instalação em todos os Estados da Federação.

Considerando o que dispõe as Normas Contábeis, com respeito aos critérios de alocação de custos com compras de Ativo Imobilizado e sua adequação ao valor justo, houve indiscutível necessidade de adequar os critérios de apropriação dos gastos, não somente à planta, mas também aos critérios praticados no mercado.



Devido à complexidade das variadas etapas do projeto e da extensão das plantas de redes, a Telebras investiu tempo e valores expressivos na construção da espinha dorsal de sua rede de telecomunicações, o que comumente se constuma chamar de *backbone*. As etapas da construção de redes de telecomunicações e comunicações de dados, considerando a expectativa de abrangência e alcance na prestação dos serviços, em muitos casos, se estendem por vários anos.

Essas redes podem ser classificadas em três grupos, conforme as suas características e finalidades: LANs (Local Area Network - Rede Local de Computadores), MANs (Metropolitan Area Network - Rede Metropolitana de Computadores) e WANs (Wide Area Network - Rede de Grandes Áreas).

A estrutura de controle contábil de bens do imobilizado em empresas de telecomunicações adota um procedimento quase que universal, devido às suas peculiaridades. No controle, são adotados alguns conceitos próprios, cujos teores são comentados na Nota Técnica colocada à disposição dos auditores independentes.

As classes de ativo foram organizadas obedecendo à utilização de cada classe de propriedade, considerando que a orientação de registrar o valor de um equipamento ou instalação no patrimônio da empresa deve ser decorrência de sua vida útil economicamente produtiva. Isso não quer dizer que a Companhia não esteja com outros projetos em andamento, sobretudo no que diz respeito ao reforço do seu *backbone* e todas as iniciativas do que se chama de capilarização de rede, justamente para atingir ainda mais e melhor os clientes-alvo da Telebras.

A depreciação dos ativos é calculada mensalmente a partir da data de incorporação, considerando a atribuição de vida útil determinada pelas classes de ativo.

O Imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, sem quaisquer avaliações sobre seus valores recuperáveis, tendo em vista sua recente constituição.

Não obstante, a TELEBRAS concluiu o processo de levantamento e adequação de seu imobilizado, possibilitando torná-lo aderente às normas específicas do setor de telecomunicações. **Vide Nota Explicativa nº 10.3**

3.9. Intangível

Refere-se aos direitos de uso de *software* e a licenças regulatórias, avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. As licenças regulatórias são amortizadas pelo seu prazo de vigência, contratado junto ao órgão regulador. A amortização dos direitos de uso de *software* é calculada pelo método linear, baseado em projeções de benefícios econômicos futuros e não supera o prazo de cinco anos. **Vide Nota Explicativa nº 10.4**

3.10. Provisões e Obrigações Trabalhistas

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, a partir do qual é provável saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos, seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser efetuada do montante dessa obrigação.

Os valores relativos às provisões de férias e demais obrigações com empregados são apropriados mensalmente e estão apresentados no passivo circulante na rubrica Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais. **Vide Nota Explicativa nº 11.**

3.11. Provisões para Contingências

A Companhia é parte em demandas judiciais de natureza trabalhista, tributária, cível e societária, tendo sido constituída provisão contábil em relação a essas demandas, cuja probabilidade de perda foi classificada como



provável. As provisões para demandas judiciais são determinadas com base nas opiniões da Administração da Companhia, de seus consultores jurídicos, experiências passadas e jurisprudências atualizadas. Os fundamentos e a natureza das provisões estão descritos na **Nota Explicativa nº 14.**

3.12. Planos de Benefícios Pós-emprego

Os custos das contribuições dos planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios pósemprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial e contabilizados pelo regime de competência. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no País. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

3.13. Demais Passivos Circulantes e Exigíveis a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

3.14. Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

3.15. Receitas (despesas) Financeiras

Representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, tributos a recuperar, depósitos judiciais de obrigações, tais como: provisão para contingências passivas, perdas judiciais, recursos para futuro aumento de capital, empréstimos e financiamentos, credores (empresas de telecomunicações) e cauções de fornecedores. São reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas pela Companhia.

3.16. Resultado Líquido por Ação e Valor Patrimonial por Ação - VPA por Unidade de Ações

Em 31/12/2015 e 31/12/2014, o Resultado Líquido por Ação e o Valor Patrimonial por Ação – VPA – por Unidade de Ações, foram calculados com base no número de ações em circulação na data do Balanço Patrimonial, sendo 97.437.783 (líquida de 1.936 ações em tesouraria) de ações ordinárias e 21.002.999 de ações preferenciais, totalizando 118.440.782 de ações. **Vide Nota Explicativa nº 1.1**

3.17. Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC - e Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi preparada conforme o IAS 7/CPC 03 e reflete as modificações que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada seguindo o CPC 09 – DVA. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Contábeis Individuais.

7



A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, que servem de base de preparação das Demonstrações Contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – DVA. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços, incluindo os tributos incidentes sobre as mesmas, as outras receitas e os efeitos da provisão de créditos de liquidação duvidosa); pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento de aquisição e os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos); pelas retenções (encargos de depreciação e provisão para contingências) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, governo (tributos), remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.18. RISCO OPERACIONAL - PREJUIZO OPERACIONAL

A Companhia apresentou Prejuízo Liquido de R\$ 235.633 mil em 2015, contra R\$ 117.358 mil em 2014, representando um crescimento de 105% em relação ao exercício anterior, em virtude, principalmente, de as Despesas Financeiras Líquidas atingiram o montante de R\$ 36.764 mil., bem como da depreciação, cujo valor, no período, foi de R\$ 64.555 mil, por conta da entrada em operação dos ativos.

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, à pessoal, à tecnologia e à infraestrutura da Companhia e a fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos operacionais ou financeiros e danos à reputação da Companhia, buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

Nesse sentido, a Companhia direciona seus esforços para implantar infraestrutura necessária ao Programa Nacional de Banda Larga, atender ao que determina o Decreto 8.135/2013 e ampliar sua carteira de clientes corporativos. Além desse aspecto, projetos especiais também estão no foco das ações da Telebrás, tais como a aquisição do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) e o desenvolvimento do Projeto de Cabos Submarinos Internacionais.

Todas essas ações aliadas às ações de *marketing* têm, por objetivo, dar à Telebras o reconhecimento de uma empresa forte e competitiva no cenário nacional de telecomunicações, detentora de um *backbone* nacional de qualidade e de tecnologia modernas, promovendo o acesso aos melhores serviços de telecomunicações com qualidade e melhor relação custo/benefício. A conquista de novos mercados terá como consequência o expressivo aumento da receita operacional, a curto e médio prazos, com impactos positivos para o resultado da companhia.

Ressalte-se que, em 16 de julho de 2014, a Diretoria Comercial encaminhou expediente, em atendimento ao pleito do Comitê de Gestão Orçamentária, de projeção da estimativa de receita até o ano de 2020, com as seguintes premissas para o alcance da meta projetada:

- a) Aquisição de roteadores para atendimento aos clientes do Decreto nº 8.135/2013;
- b) Conclusão das redes metropolitanas até 2016;
- c) SGDC em operação comercial até maio de 2017;
- d) Capacidade ampliada para ativação, operação e manutenção dos clientes;
- e) Revisão nos custos e tecnologias adotadas nas portas (backbone/backhaull) e nos acessos (última milha), e
- f) Cumprimento de Acordo de Nível de Servicos Contratados.



A projeção das receitas decorre dos resultados de prospecções realizada em 2015, assim sendo, projetos especiais ou mudanças estratégicas poderão afetar diretamente a sua realização:

Tipo	2016	2017	2018	2019	2020
RNP	24.301	30.376	34.933	38.426	40.347
Regionais	32.259	43.550	58.793	79.370	107.150
Grandes Clientes	50.367	105.804	209.284	291.128	364.245
Interconexão	22.695	29.503	30.978	33.147	35.301
TOTAL	129.622	209.233	333.988	442.071	547.034

3.19. Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros (impairment)

Na data de cada balanço, a Administração avalia se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas, quando há evidência objetiva de como o resultado de um ou mais eventos ocorridos, após o reconhecimento inicial dos ativos, têm impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e que possa ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda ou evento de perda por impairment incluem:

- a. dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- b. uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- c. o grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- d. torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- e. o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras ou f. dados observáveis indicam que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira e
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante de perda por *impairment*, quando incorrido, é registrado no resultado e, se, no período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir, essa diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente poderá ser reconhecida na demonstração do resultado.

Não foram identificadas quaisquer dessas circunstâncias que pudessem levar à Companhia a avaliar a necessidade de constituição de provisão para perda sobre o valor dos ativos. A Companhia não possui ágio ou outros ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas ou intangíveis em desenvolvimento, para os quais seriam requeridos testes de recuperação dos valores registrados. A propósito, para ativos tangíveis, a literatura não exige estudos de depreciação, acaso não verificadas premissas que indiquem ou demandem a sua realização.

3.20 Dividendos a Receber

Refere-se a Dividendos a Receber com a coligada Visiona Tecnologia Espacial S.A.

3.21. Novos pronunciamentos, interpretações e orientações

As seguintes normas e alterações de normas contábeis ocorreram:

(i) Revisão de Pronunciamentos Técnicos № 08/2015 – Aprovado em 7 de agosto de 2015 e divulgado em 5 de novembro de 2015: Representa alteração aos seguintes Pronunciamentos Técnicos: CPC 01 (R1), CPC 04 (R1), CPC 06 (R1), CPC 18 (R2), CPC 19 (R2), CPC 20 (R1), CPC 21,(R1), CPC 22, CPC 26 (R1), CPC 27, CPC 28, CPC 29, CPC 31, CPC 33 (R1), CPC 36 (R3), CPC 37 (R1), CPC 40 (R1) e CPC 45.

Todas as alterações são para vigência a partir de 1º de janeiro de 2016 e, de maneira geral, introduzem melhorias aos textos visando a uma melhor aplicação dos pronunciamentos em alinhamento às práticas contábeis internacionais.

- (ii) Os pronunciamentos e interpretações a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis. Os possíveis impactos decorrentes dessas adoções serão avaliados quando da emissão dos pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis:
 - IFRS 9 Instrumentos Financeiros;
 - IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes;
 - IFRS 16 Lease
 - Modificações à IFRS 11 Contabilização para Aquisições de Participações em Operações em Conjunto;
 - Modificações à IAS 1 Iniciativa de Divulgação;
 - Modificações à IAS 16 e IAS 38 Esclarecimentos dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis;
 - Modificações à IAS 27 Método de equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas;
 - Modificações à IFRS 10 e IAS 28 Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture;
 - Modificações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 Entidades de investimento: Aplicando a exceção de consolidação;
 - Melhorias Anuais nas IFRS's ciclo 2012 2014.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Control	Controladora		idado
	2015	2014	2015	2014
Contas Bancárias e Fundo Fixo Numerários em Trânsito Aplicações Financeiras	634 0 <u>251.276</u>	3.423 0 <u>143.795</u>	659 0 <u>256.123</u>	105.279 0 143.795
Total	<u>251.910</u>	<u>147.218</u>	<u>256.782</u>	249.074

Em conformidade com a Resolução nº 3.284/2005, em que as disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta somente podem ser efetuadas em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados, as aplicações financeiras mencionadas neste item se concentram nos fundos: Banco do Brasil - Extramercado FAE FI RF e Caixa Econômica Federal - CEF EXTRA COMUM.



Ambos os fundos têm prazo de resgate indeterminado, dependem das necessidades da empresa e têm remuneração atreladas aos índices IMA-B e IRFM (Extramercado).

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consc	olidado
	2015	2014	2015	2014
Ministério das Comunicações Outros Clientes	47 <u>15.639</u>	37 <u>6.455</u>	22.484 15.639	22.474 <u>6.455</u>
Total	<u>15.686</u>	<u>6.492</u>	<u>38.123</u>	<u> 28.929</u>

Outros clientes referem-se aos demais clientes da empresa, cujos valores são provenientes das atividades operacionais de vendas de serviços.

a. Valores a receber por idade de vencimento

Vencimento	Montante
2014	93
2015	11.765
2016	3.828
Total Geral	15.686

b. Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

Saldo em 01/01/2015	ı
Adições	(743)
Baixas	ı
Saldo em 31/12/2015	(743)

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

No exercício, a movimentação da conta "tributos a recuperar" foi a seguinte:

	Controladora e Consolidado		
	Saldo 31/12/14	Saldo 31/12/15	
Tributos Federais:			
IR a restituir/compensar e retenções	113.768	134.403	
IRRF s/ Juros s/ Capital Próprio – JCP	22.551	22.557	
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	2.196	5.376	
PIS e COFINS	3.958	14.918	
Outros	<u>14</u>	56	
Subtotal	142.487	177.310	



Tributos Estaduais:

ICMS a recuperar	<u>12.147</u>	<u>17.313</u>
Total	<u>154.634</u>	<u>194.623</u>
Circulante	22.159	57.005
Não Circulante	132 <i>4</i> 75	137 61

Do total dos créditos tributários em 31/12/2015, o valor de R\$ 115.761 (R\$ 115.761 em 31/12/2014) corresponde aos direitos creditícios cedidos à empresa VT UM PRODUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA., que constaram de Termo de Transação e Outras Avenças.

O referido crédito encontra-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº 202/2011-A de 08/04/2011.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

7.1 Demonstrativo do Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social de 2015 e 2014 foram apuradas conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado				
	20)15	2	014	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	
Resultado contábil antes do IR e da CS	(235.633)	(235.633)	(117.359)	(117.359)	
Adições permanentes	987	987	97	97	
Exclusões permanentes	(23.324)	(23.324)	(150.664)	(150.664)	
Subtotal	(257.969)	(257.969)	(267.926)	(267.926)	
Diferenças temporárias	42.850	42.850	(8.885)	(8.885)	
Adições temporárias:	48.969	48.969	33.442	33.442	
Provisão contingências e encargos Provisão PISP VM s/ Depósitos Judiciais Outras adições	2.964 3.457 42.548	2.964 3.457 42.548	781 - 32.236 425	781 - 32.236 425	
Exclusões temporárias:	(6.119)	(6.119)	(42.327)	(42.327)	
Baixa de provisão p/ contingências Baixa de provisão PISP VM s/ Depósitos Judiciais e outros Reversão prov contingências Reversão de provisão PISP	(2.975) - (3.144) -	(2.975) - (3.144) -	(13.102) (1.741) (3.998) (23.486)	(13.102) (1.741) (3.998) (23.486)	
Base de Cálculo Negativa	(215.119)	(215.119)	(276.811)	(276.811)	

7.2 Créditos fiscais diferidos e não registrados



Apresentamos a seguir o resumo dos créditos não registrados contabilmente:

	Controladora e Consolidado					
	2015					
	Imposto	de Renda	Contribui	ção Social		
	Base de cálculo	Tributo de 25%	Base de cálculo	Tributo de 9%		
Créditos fiscais não registrados						
Provisão para contingências	108.748	27.187	108.748	9.787		
Provisão PISP	47.786	11.946	47.786	4.300		
Prejuízo fiscal/base negativa	215.119	53.779	215.119	19.360		
Total	<u>336.856</u>	<u>92.912</u>	<u>336.856</u>	<u>33.447</u>		
		Controladora e	ladora e Consolidado			
		20	14			
	Imposto	de Renda	Contribui	ção Social		
	Base de cálculo	Tributo de 25%	Base de cálculo	Tributo de 9%		
Créditos fiscais não registrados						
Provisão para contingências Provisão PISP	90.642 38.453	22.660 9.613	90.642 38.453	8.158 3.460		
Prejuízo fiscal/base negativa	276.811	69.202	276.811	24.913		
Outros	=	=	=	= =		
Total	<u>405.906</u>	<u>101.475</u>	<u>405.906</u>	<u>36.531</u>		

De acordo com a legislação vigente, a compensação dos prejuízos fiscais relativos ao Imposto de Renda e da base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido está limitada a 30% (trinta por cento) do lucro tributável (IR) e da base de cálculo positiva da Contribuição Social em cada período-base.

8 DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia possui depósitos e bloqueios judiciais vinculados a processos cíveis, trabalhistas, tributários e societários. A composição dos depósitos judiciais vinculados e não vinculados às contingências passivas está assim distribuída:

Natureza	Vinculados (A)	Não vinculados (B)	31/12/2015 (A+B)	31/12/2014 (Saldo)	Os depósitos judiciais e extrajudiciais não
Cível/Societário	3.461	28.184	31.645	43.157	vinculados a itens
Trabalhista	2.165	192	2.357	2.304	contingentes
Tributária	34	1.180	1.214	1.119	referem-se a
<u>Total</u>	<u>5.660</u>	<u> 29.556</u>	<u>35.216</u>	<u>46.580</u>	diversos
Circulante Não Circulante	5.400 260	28.137 1.419	33.537 1.679	45.077 1.503	processos em que a TELEBRÁS figura como ré ou



autora.

9 OUTROS ATIVOS REALIZÁVEIS

<u>-</u>	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Pessoal Cedido a Recuperar – ANATEL	24.626	21.233	24.626	21.233
Pessoal Cedido a Recuperar - Órgãos Govern.	6.709	4.236	6.709	4.236
Ações e Títulos Destinados à Venda	1.519	2.048	1.519	2.048
Cauções	1.749	1.646	1.749	1.646
Adiantamento a Empregados	1.018	690	1.018	690
Outros	12.035	13.819	12.660	14.457
Total	<u>47.656</u>	<u>43.672</u>	<u>48.281</u>	<u>44.310</u>
Circulante	<u>41.972</u>	38.010	41.972	38.010
Não Circulante	5.684	5.662	6.309	6.300

O saldo a recuperar da ANATEL e de outros órgãos governamentais refere-se a salários e respectivos encargos e benefícios sociais relativos aos empregados cedidos. Nesse saldo, estão inclusos valores referentes às provisões de férias, décimo-terceiro e seus respectivos encargos, que são provisionados mensalmente, bem como a provisão relativa ao Programa de Indenização de Serviços Prestados – PISP.

O saldo referente às ações e títulos destinados à venda corresponde as ações em carteira própria de companhias abertas de empresas de telecomunicações, avaliadas pelo valor de mercado.

Dividendos a Receber com a Coligada Visiona totaliza R\$ 5.457 mil.

10 ATIVO NÃO CIRCULANTE

10.1 Realizável a Longo Prazo

	2015	2014
Aplicações Financeiras	45.884	20.070
Tributos Federais	121.702	121.702
Tributos Estaduais – ICMS	15.916	10.773
Depósitos Judiciais	1.679	1.503
Outros	5.684	5.662
<u>Total</u>	<u>190.865</u>	<u>161.710</u>

10.2 Investimentos

a. Participação no Capital de Empresa Coligada

A Companhia efetuou integralização de sua participação no capital da VISIONA em 2013. no valor de R\$ 3.430 (R\$ 1.470 em 2012), totalizando R\$ 4.900, correspondentes a 49% (quarenta e nove por cento) do capital total, sendo os 51% restantes pertencentes à EMBRAER DEFESA E SEGURANÇA PARTICIPAÇÕES S.A. Em 31.12.2015, apresentava um saldo líquido no investimento de R\$ 54.311 (R\$ 27.406 em 31/12/2014). As Demonstrações Contábeis da Coligada foram auditadas pela empresa KPMG Auditores Independentes.

As informações financeiras da coligada VISIONA, avaliada por equivalência patrimonial, estão demonstradas a seguir:

2015 2014

Ativo



Circulante Não Circulante Total do ativo	852.232 <u>15.453</u> <u>867.685</u>	353.681 119.923 473.604
Passivo		
Circulante	756.847	104.228
Não Circulante	-	211.282
Patrimônio Líquido	<u>110.838</u>	50.136
Total do passivo	<u>867.685</u>	<u>473.604</u>
Demonstrações de Resultados	2015	2014
Receita Operacional Líquida	379.654	393.001
Custos dos Produtos e Serviços Vendidos	<u>(307.805)</u>	<u>(317.274)</u>
Lucro Bruto	71.849	75.727
Receitas (Despesas) Operacionais	19.989	7.310
Prejuízo Operacional Antes Receitas (Despesas) Financeiras	51.860	68.417
Receitas (Despesas) Financeiras, Líquidas	10.550	3.284
Lucro/Prejuízo Operacional	62.410	71.702
Imposto de Renda e Contribuição Social s/ Lucro	(22.365)	(24.816 <u>)</u>
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	40.045	46.886
Outros Resultados Abrangentes	30.668	<u>5.349</u>
Resultado Abrangente Total	<u>70.713</u>	<u>52.235</u>

b. Participação no Capital de Empresa Controlada

Em 07/02/2013, foi constituída a empresa **TELEBRAS COPA S.A.** como subsidiária integral da TELEBRAS, com a finalidade específica de prestação de serviços nos eventos da Copa das Confederações de 2013 e Copa do Mundo de 2014. Nesta data, foi realizada a integralização inicial de seu capital, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), correspondentes a 10% do capital total, de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

A Companhia integralizou, em 20/06/2013, os R\$ 90.000 (noventa mil reais) restantes de sua participação no capital da TELEBRAS COPA S.A., totalizando 100% de sua participação no capital subscrito da subsidiária integral. Em 31/12/2015, apresentava um saldo líquido no investimento de R\$ 29.244 mil, devido ao ganho líquido com equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia efetuou a consolidação de suas demonstrações contábeis individuais com as demonstrações contábeis de sua Controlada, TELEBRAS COPA S.A.

10.3 Imobilizado e Intangível

No imobilizado estão os bens destinados à manutenção das atividades da Telebras e estão registrados ao custo de aquisição, deduzidas das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. O saldo do imobilizado em 31/12/2015 é de R\$ 1.850.122 mil.

No intangível são registrados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da empresa ou exercidos com essa finalidade, deduzidas das respectivas amortizações. O saldo do grupo em 31/12/2015 é de R\$ 20.323 mil. O item "Direitos sobre Autorizações" refere-se ao valor pago à ANATEL pelo direito de exploração de satélite brasileiro para transporte de sinais de telecomunicações (Projeto SGDC), cuja amortização terá início a partir do momento em que o satélite entrar em operação em sua posição geoestacionária.

	31/12/2015			31/12/2014		
	Valor Saldo de Depreciação		Aquisições	Valor	Saldo de	
	Original	Balanço	Acumulada	Em 2015	Original	Balanço
Imobilizado	2.012.379	1.885.548	(126.831)	707.351	1.305.027	1.240.145



Total	2.040.558	1.905.871	(134.687)	712.847	1.327.711	1.257.578
Sistemas em Andamento	6.878	6.878	-	3.042	3.836	3.836
Direitos sobre Autorizações	3.946	3.946	-	-	3.946	3.946
Sistemas Aplicativos	17.355	9.499	(7.856)	2.454	14.902	9.651
Intangível	28.179	20.323	(7.856)	5.496	22.684	17.433
Imobilizado em Andamento	1.644.743	1.644.743	-	707.243	937.500	937.500
Outros Equipamentos	4.184	2.104	(2.080)	-	4.184	2.941
Equipamentos de Transmissão/Comunicação de Dados	192.696	120.090	(72.606)	(8)	192.704	156.397
Equipamentos de Tecnologia de Informação	8.379	3.693	(4.686)	4	8.375	5.274
Infraestrutura	66.299	50.801	(15.498)	17	66.282	58.524
Mobiliário	3.713	1.987	(1.726)	95	3.617	2.261
Instalações Prediais	92.365	62.130	(30.235)	-	92.365	77.248

No ano de 2015, foram capitalizados no imobilizado em andamento R\$ 80.868 mil de encargos financeiros de captações vinculadas 'as obras em construção.

11 PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

Nesse grupamento, são registradas as obrigações com pessoal, inclusive, as provisões de férias, 13º salário e dos respectivos encargos sociais, exceto os encargos tributários a recolher que estão incluídos no grupo Tributos e Contribuições a Recolher.

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2015	31/12/2014	
Salários e Honorários a Pagar	60	1.226	
Encargos Sociais a Pagar	8.057	8.130	
Benefícios Sociais a Pagar	38	284	
Mão-de-Obra Temporária	<u>93</u>	<u>61</u>	
Total	<u>8.248</u>	<u>9.701</u>	
Circulante	8.248	9.701	

12 PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO POR SERVIÇOS PRESTADOS (PISP)

Desde 2013, a partir da definição do universo dos colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa, a Companhia mantém provisão no passivo circulante, no montante de R\$ 47.786 mil em 31/12/2015 (R\$ 41.556 mil em 31/12/2014).

No exercício de 2015, para os colaboradores em exercício na Telebrás, não houve registro no resultado. Os valores correspondentes aos empregados cedidos à ANATEL e outros órgãos estão registrados em Outros Ativos Realizáveis.

13 FORNECEDORES

Controladora	_	Cancalidada	
Controladora	е	Consolidado	



	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores de Operação	13.319	24.458
Fornecedores de Expansão	282.485	295.872
Total	<u>295.804</u>	<u>320.330</u>
Circulante	295.804	320.330

14 CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Em 31/12/2015, a Telebras era ré em 1.555 ações judiciais de natureza trabalhista, tributária, cível e societária (1.706 em 31/12/2014), perante diversos tribunais. Essas ações são permanentemente acompanhadas e avaliadas pela área jurídica da Empresa e a elas são atribuídas expectativas de perda. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos, a Administração acredita que a resolução das questões a seguir relacionadas não produzirá efeito material adverso sobre sua condição financeira. A composição dos valores consolidados em discussão em diversas instâncias de processos, em 31 de dezembro de 2015, tinha o seguinte tratamento contábil:

Expectativa Critério contábil da perda		Quantidade	de ações
		31/12/2015	31/12/2014
Provável	Provisionar e divulgar em Notas Explicativas	108	122
Possível	Não provisionar, porém divulgar em Notas Explicativas	1019	1.024
Remota	Não provisionar, nem divulgar em Notas Explicativas	428	560
<u>Total</u>		<u>1.555</u>	<u>1.706</u>

14.1 Contingências de Perda Provável (provisionadas)

a. Contingências Líquidas de Depósitos Judiciais

		31/12/2015				
Natureza	Quantidade de Ações	Provisões	Depósitos Judiciais	Líquido		
		(A)	(B)	(A-B)		
Cível	79	98.061	3.461	94.600		
Trabalhista	24	7.879	2.165	5.714		
Tributária	5	2.808	34	2.774		
<u>Total</u>	<u>108</u>	<u>108.748</u>	<u>5.660</u>	<u>103.088</u>		
Circulante	68	14.140	5.400	8.740		
Não Circulante	40	94.608	260	94.348		

	31/12/2014					
Natureza	Quantidade de Ações	Provisões	Depósitos Judiciais	Líquido		
		(A)	(B)	(A-B)		
Cível	92	82.056	2.774	79.282		
Trabalhista	25	6.470	2.185	4.285		
Tributária	5	2.116	21	2.095		



<u>Total</u>	<u>122</u>	<u>90.642</u>	<u>4.980</u>	<u>85.662</u>
Circulante	83	12.292	4.738	7.554
Não Circulante	39	78.350	242	78.108

b. Classe das Ações Judiciais

Classe das Ações	Quant	idade	Provisões	Depósitos	Líqu	ıido
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
			(A)	(B)	(A-B)	(Saldo)
<u>Cíveis</u>						
llegalidade na venda de	40	00	0.470	0.000	507	000
ações	18	20	3.176	2.609	567	669
Dividendos sobre o capital da TELEBRÁS	6	7	87.593	0	87.593	72.892
Diferença de ações -	O	•	07.555	O	07.000	72.002
conversão de debêntures	1	1	1.508	0	1.508	1.243
Diversas classes	54	64	5.784	852	4.932	4.478
Total	79	92	98.061	3.461	94.600	79.282
<u>Trabalhistas</u>						
Ganhos de produtividade	2	2	2.067	25	2.042	2.996
Readmissão de pessoal	2	2	1.740	1.608	132	0
Expurgos inflacionários multa						
de 40% - FGTS	1	2	104	70	34	35
Responsabilidade subsidiária	10	11	1.394	257	1.137	994
Diversas classes	9	8	2.574	205	2.369	260
Total	24	25	7.879	2.165	5.714	4.285
<u>Tributárias</u>						
Diversas classes	5	5	2.808	34	2.774	2.095
Total	5	5	2.808	34	2.774	2.095
TOTAL GERAL	108	122	108.748	5.660	103.088	85.662
Circulante	68	83	14.140	5.400	8.740	7.554
Não Circulante	40	39	94.608	260	94.348	78.108

c. Movimentação das provisões para contingências

Saldo em 31/12/2014	90.642
Adições Líquidas	134
Reversões Líquidas	46
Baixas	(411)
Atualizações – Encargos Financeiros	18.338
Saldo em 31/12/2015	108.748



d.

e.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS

Circulante Não Circulante	14.140 94.608
Movimentação dos depósitos judiciais vinculados às provisões para	a contingências
Saldo em 31/12/2014	4.980
Adições Líquidas	509
Resgate - Provisões para Contingências	(68)
Baixas – Despesas para Perdas Judiciais	(323)
Atualização – Encargos Financeiros	562
Saldo em 31/12/2015	5.660
Circulante	5.400
Não Circulante	260
Movimentação dos depósitos judiciais não vinculados às provisões	para contingências
Saldo em 31/12/2014	41.600
Adições Líquidas	1.114
Resgate - Provisões para Contingências	(15.737)

Circulante 28.137 Não Circulante 1.419

14.2 Contingências de Risco Possível (não provisionadas)

Baixas – Despesas para Perdas Judiciais

Atualização – Encargos Financeiros

Saldo em 31/12/2015

	Quantida	Quantidade de Ações		Valor	
Natureza	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	
Cível	970	993	28.049	22.766	
Trabalhista	44	26	2.800	1.851	
Tributária	5	5	22.068	21.719	
<u>Total</u>	<u>1.019</u>	<u>1.024</u>	<u>52.917</u>	<u>46.336</u>	

·	Quantidade	e de Ações	Valor	
Classes das Ações	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<u>Cíveis</u>				
VPA'S nas capitalizações por contratos de participação financeira-PF (autofinanciamento)	920	945	7.205	6.136
llegalidade na venda de ações	8	8	3.162	2.915
Execução Fiscal	5	5	15.899	13.101
Diversas classes	37	35	1.783	614
Total	970	993	28.049	22.766
<u>Trabalhistas</u>				
Reconhecimento de direito sobre o Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP	2	1	77	20

(2)

2.581

29.556



Responsabilidade Subsidiária	15	1	589	242
Progressão Salarial	8	6	265	221
Diversas classes	19	18	1.869	1.368
Total	44	26	2.800	1.851
<u>Tributárias</u>				
Isenção de imposto de importação e IPI	2	2	20.815	20.303
Pagamento de diferença referente à Taxa Referencial do exercício de 1996	1	1	1.225	1.379
Diversas classes	2	2	28	37
Total	5	5	22.068	21.719
Total Geral	<u>1.019</u>	<u>1.024</u>	<u>52.917</u>	<u>46.336</u>

15 CREDORES POR PERDAS JUDICIAIS

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2015	31/12/2014	
Créditos Tributários a Transferir	136.450	136.450	
Acordo Judicial a Pagar (PREVI)	<u>141.416</u>	<u>141.416</u>	
Total	<u>277.866</u>	<u>277.866</u>	
Circulante	0	0	
Não Circulante	277.866	277.866	

Os créditos tributários a transferir referem-se à obrigação formalizada por meio do Termo de Transação e Outras Avenças, homologado em juízo, firmado com a empresa VT UM PRODUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA., conforme fato relevante publicado em 14/06/2006, na Gazeta Mercantil.

De acordo com as disposições do referido Termo, o valor dos direitos creditícios de natureza tributária vinculados a essa obrigação, no montante de R\$ 136.450 mil em 31/12/2015 (R\$ 136.450 mil em 31/12/2014), refere-se a saldos de créditos de processos de pedidos de restituição/compensação à Receita Federal, que somente serão transferidos ao credor após a efetivação das respectivas realizações financeiras, condicionadas ao sucesso dos pleitos no âmbito da Justiça Federal.

No entanto, estes pleitos judiciais encontram-se suspensos após Decisão nº 202/2011-A de 08/04/2011, proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 21032-95.2011.4.01.3400, em trâmite perante a Nona Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, em que são discutidas as condições impostas pelo Termo de Transação e Outras Avenças supramencionado.

Em outro processo, a Companhia firmou Transação Parcial com a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI – para pagamento do valor da execução (valor incontroverso), decorrente de decisão judicial condenatória transitada em julgado.

O saldo de R\$ 141.416 mil em 31/12/2015 será pago em 30 (trinta) prestações semestrais e sucessivas, sendo atualizado pelo índice de variação do INPC, acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano.



16 RECURSOS CAPITALIZÁVEIS

O saldo de R\$ 1.320.458 mil em 31/12/2015 (R\$ 807.740 mil em 31/12/2014), corrigido pela Taxa SELIC e classificado no passivo não circulante, será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRAS em favor da UNIÃO, conforme sua orientação.

A Telebrás, no momento, aguarda publicação de Decreto Presidencial autorizando a incorporação do AFAC ao seu Capital Social, conforme Processo nº 10951.000671/2015-70, inclusive, através do Oficio CT nº 12/2016/2100/1000 de 25 de janeiro de 2016, a Telebras encaminhou ao Ministério das Comunicações as últimas informações solicitadas.

17 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 11 de dezembro de 2014, a companhia assinou contrato de empréstimo com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – no total de R\$ 240.380 mil, com objetivo de custear, parcialmente, as despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC).

A primeira parcela do empréstimo foi depositada em 18 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 103.363, e as outras conforme cronograma de desembolso aprovado nos termos da Decisão 46/2014, de 13/11/2014.

Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial *pro rata tempore* (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do *spread* de 5% (cinco por cento) ao ano.

Os encargos devidos do contrato serão reduzidos em 2% (dois por cento) ao ano, não havendo inadimplência, resultando em juros de TR + 3% (três por cento) ao ano.

O período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15/12/2017 e a última em 15/12/2024.

Para assegurar o cumprimento das obrigações previstas no contrato de financiamento, a Telebras cedeu fiduciariamente à FINEP os direitos creditórios movimentados, exclusivamente, por meio de conta corrente, centralizadora mantida junto ao Interveniente Arrecadador, Banco do Brasil S.A., ainda mantém conta reserva, não movimentável, com valor necessário para perfazer 6 (seis) meses de serviço da dívida.

A FINEP poderá declarar vencido antecipadamente o Contrato, em qualquer momento, independente de notificação judicial ou extrajudicial, se houve: aplicação de recursos em finalidade diversa, constituição de gravame sobre as garantidas estatuídas, alteração do controle efetivo direto ou indireto sem anuência da entidade, existência de mora no pagamento de qualquer quantia devida, paralisação do Plano Estratégico de Inovação e outras circunstâncias que tornem inseguro ou impossível o cumprimento pela Financiada das obrigações assumidas.

18 RECEITA RECEBIDA ANTECIPADAMENTE

O total de R\$ 390.600 mil corresponde aos valores repassados pelo Ministério da Defesa referentes à parte da antecipação do pagamento do direito de uso futuro da Banda X do Satélite (IRU, Projeto SGDC), conforme respectivo Contrato.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO



19.1 Capital social

O capital social, em 31/12/2015, no valor R\$ 263.145 (R\$ 263.145 em 31/12/2014), subscrito e integralizado, compõe-se de 118.442.718 (118.442.718 em 31/12/2013) unidade de ações sem valor nominal, assim distribuídas:

	Quantidade – Unidade	
	31/12/2015	31/12/2014
Capital total em ações		
Ordinárias	97.439.719	97.439.719
Preferenciais	21.002.999	21.002.999
Total	118.442.718	118.442.718
Ações em tesouraria		
Ordinárias	1.936	1.936
Total	1.936	1.936
Ações em circulação		
Ordinárias	97.437.783	97.437.783
Preferenciais	21.002.999	21.002.999
Total	118.440.782	118.440.782
Valor Patrimonial por ação em circulação	0,98432	0,98432

A partir de 24/01/2011, as ações de emissão da TELEBRAS passaram a ser negociadas na BM&FBOVESPA (site: www.bmfbovespa.com.br) na forma unitária. Dessa forma o preço de 1 (uma) ação, a partir de 24/01/2011, corresponde ao preço de 10.000 (dez mil) ações anteriores ao agrupamento.

19.2 Dividendos

Nos termos do Estatuto Social, a ação preferencial não tem direito a voto, exceto na situação prevista em lei, sendo a ela assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento dos dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano sobre o valor do capital social.

Em decorrência de não haver reservas no patrimônio líquido da Companhia – e a existência de prejuízos acumulados – não foram efetuados o cálculo e distribuição de dividendos e a constituição de reservas.

19.3 Ajuste de Avaliação Patrimonial

O valor referente ao Ajuste de Avaliação Patrimonial corresponde a perdas por ajuste ao valor de mercado de ações e títulos destinados à venda de R\$ 701 mil em 31/12/2015 (R\$ 701 mil em 31/12/2014).

A TELEBRAS registrou o valor de R\$ 54.310 mil em 31/12/2015 (R\$ 2.617 em 31/12/2014) referente à sua participação sobre o saldo de Ajuste de Avaliação Patrimonial da coligada VISIONA, avaliada por equivalência patrimonial.

19.4 Ações em Tesouraria

O valor das Ações em Tesouraria corresponde ao saldo remanescente da cisão parcial da TELEBRAS, ocorrida em 22/05/1998.



20 PARTES RELACIONADAS

20.1 TELEBRAS COPA

A TELEBRAS possui saldos a receber da controlada TELEBRAS COPA, referente ao pagamento de despesas operacionais da Controlada, que serão reembolsadas e estão demonstradas no quadro a seguir.

		Controladora			
Descrição	Saldo 31/12/2014	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2015	
Outros ativos	552	-	552	-	

20.2 VISIONA

A Companhia possui saldo a pagar decorrente dos serviços prestados pela coligada VISIONA referente ao desenvolvimento do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas. Os valores a pagar e os saldos já incorporados ao Imobilizado estão apresentados a seguir.

	Controladora e Consolidado		
Descrição	Saldo 31/12/2014	Saldo 31/12/2015	
Imobilizado	803.585	1.376.881	
Fornecedores	(208.490)	(241.255)	

21 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata de R\$ 251.276 mil em 31/12/2015 (R\$ 143.795 mil em 31/12/2014), as quais estão avaliadas ao custo, acrescidas de rendimentos até a data do Balanço. As taxas negociadas são compatíveis com as condições de mercado. Além disso, possui equivalentes a caixa de R\$ 634 mil em 31/12/2015 (R\$ 3.423 mil em 31/12/2014).

As operações em mercados derivativos serão utilizadas para proteção, posicionamento e/ou alavancagem de suas carteiras (Fundos aplicados no Banco do Brasil).

Considerando o saldo remanescente da cisão parcial da TELEBRAS, ocorrida em 1998, o único ativo financeiro avaliado pelo valor de mercado acionário corresponde às ações destinadas à venda no montante de R\$ 2.048 mil em 31/12/2015 (R\$ 2.048 mil em 31/12/2014), que estão custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custodia – CBLC –.

22 COMPOSIÇÃO DAS PRINCIPAIS RUBRICAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

a. Receita Operacional

Reconhecimento das Receitas de Serviços de Telecomunicações

A receita de serviços de telecomunicações é reconhecida à medida que os serviços são prestados, sendo o faturamento efetuado mensalmente. As receitas decorrentes da prestação de serviços de telecomunicações estão sendo apresentadas líquidas dos tributos e descontos concedidos (créditos por interrupção do serviço),



incidentes sobre as mesmas. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício:

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Receita Bruta de Serviços de Telecomunicações	62.607	155.543
Tributos sobre Serviços de Telecomunicações	(17.515)	(8.932)
Receita Líquida Total	45.092	146.611

a. Custos dos Serviços Prestados

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Pessoal	(6.019)	(5.423)
Materiais	-	(629)
Serviços de Terceiros	(45.578)	(81.475)
Aluguel, Arrendamentos e Seguros	(46.973)	(20.323)
Tributos	(869)	(529)
Depreciação/Amortização	(62.712)	(62.718)
Total	<u>(162.151)</u>	<u>(171.098)</u>

b. Comercialização de Serviços

	Controladora e Consolidado		
	2015	2014	
Pessoal	(13.790)	(9.467)	
Materiais	(25)	(33)	
Serviços de Terceiros	(496)	(426)	
Aluguel, Arrendamentos e Seguros	(5)	-	
Tributos	(1)	(9)	
Total	<u>(14.317)</u>	<u>(9.935)</u>	

c. Despesas Gerais e Administrativas

	Controladora e Consolidado		
	2015	2014	
Pessoal	(30.934)	(26.587)	
Materiais	(148)	(277)	
Serviços de Terceiros	(12.958)	(27.934)	
Aluguel, Arrendamentos e Seguros	(6.696)	(7.063)	
Tributos	(197)	(241)	
Depreciação/Amortização	(1.844)	(1.802)	
Total	<u>(52.777)</u>	<u>(63.904)</u>	

d. Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas

	Controla Consoli	
	2015	2014
Contingências	11	22.705
PISP-Programa de Indenização por Serviços	0	0



Prestados

Total (2.580)	23.399
Despesas Diversas (2.821)	(1.759)
Receitas Diversas 230	2.453

e. Receitas (Despesas) Financeiras, Líquidas

	Controladora e Consolidado		
	2015	2014	
Encargos sobre Contingências	(39.404)	(28.238)	
Juros s/ Recursos p/ Aumento de Capital	(42.203)	(58.405)	
Outras Receitas	9.465	22.178	
Outras Despesas	(47)	(4.092)	
Total	<u>(72.189)</u>	<u>(68.557)</u>	

f. Remunerção de dirigentes e empregados

A remuneração paga a dirigentes e empregados observa os critérios estabelecidos na legislação vigente e no Plano de Salários e Benefícios, aprovado pela TELEBRAS, em rigorosa observância ao que determina o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST.

No exercício de 2015, a maior e a menor remuneração paga a empregados do quadro de pessoal da Companhia, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$ 24.975,69 e R\$ 2.012,43 respectivamente. O salário médio foi de R\$ 13.493,56.

Para os dirigentes, a maior remuneração paga, relativa ao mês de dezembro de 2015, foi de 38.748,78.

R\$

23. PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

a. Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL)

A TELEBRAS e outras empresas do antigo Sistema TELEBRAS patrocinavam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL).

Em 28/12/1999, as patrocinadoras dos referidos planos negociaram condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por patrocinadora, resultando em uma proposta de reestruturação do Estatuto e Regulamento da SISTEL, que foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, em 13/01/2000.

As modificações efetuadas no Estatuto da SISTEL visaram adequá-lo à administração de outros planos de benefícios, decorrentes da sua nova condição de entidade multipatrocinada, haja vista a realidade surgida com a desestatização do Sistema TELEBRAS.

Tal versão estatutária contempla a reestruturação do Plano de Benefícios da SISTEL (PBS) em diversos planos, com a distribuição escritural dos encargos e a correspondente parcela patrimonial que compõe o patrimônio da SISTEL entre diversos planos de benefícios previdenciários, divididos em "Plano PBS-A" e "Planos de Patrocinadoras". A segregação contábil dos referidos planos foi implementada pela SISTEL, a partir de 1º/02/2000.



Assim, a TELEBRAS é patrocinadora dos seguintes planos:

1. PBS - A

É um plano de benefício definido, que, desde a sua criação, está totalmente integralizado em suas reservas matemáticas para assegurar os benefícios dos participantes assistidos e beneficiários.

É composto por participantes oriundos do antigo Sistema TELEBRAS, assistidos do Plano de Benefícios da Sistel (PBS) já aposentados até 31/01/2000.

O Plano apresenta superávit desde 2009, porém há controvérsia sobre a forma de sua distribuição. Os cálculos atuariais estão apresentados considerando a divisão da responsabilidade atuarial da TELEBRAS com as demais patrocinadoras.

2. PBS - TELEBRAS

É um plano de benefício definido e está sujeito a aportes de recursos da TELEBRAS e do participante, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

É composto por participantes que ainda não estavam aposentados em 31/01/2000 e vinculados ao Plano da TELEBRAS.

Em 26/9/2008, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria nº 2.537, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que aprovou o novo regulamento do PBS-TELEBRAS, contemplando a distribuição do superávit do Plano, conforme dispõe o seu Capítulo XIV (Seções I, II, III e IV). Em 24/4/2009, o novo regulamento foi aprovado pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) por meio do Ofício nº 314/2009/MP/SE/DEST.

O regulamento do PBS-TELEBRAS passou a ter um capítulo específico tratando da distribuição dos recursos excedentes do Plano (Capítulo XIV). Com o superávit, foi possível efetuar a suspensão das contribuições futuras da TELEBRAS, dos participantes (ativos e autopatrocinados) e dos assistidos, a partir de janeiro de 2009, bem como a criação de um benefício adicional.

Anualmente, será realizada a reavaliação atuarial do Plano e, caso haja desequilíbrio atuarial no Plano PBS-TELEBRAS, a contribuição poderá ser reativada, no todo ou em parte, e a renda de benefício adicional ser suspensa, parcial ou integralmente.

Em 31/12/2015, o Plano continua superavitário não ensejando no pagamento de contribuições por parte da TELEBRAS e ou dos participantes.

PBS - TELEBRAS e PBS - A

LERNOTES	PBS - TELEBRAS		PB	S-A
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Provisões matemáticas e fundos Outros exigíveis	327.397 <u>9.616</u>	293.263 <u>9.225</u>	8.623.302 403.036	9.979.717 330.710
Total das provisões/fundos e outros exigíveis	337.013	302.487	9.026.338	10.310.428
(-) Total dos ativos dos planos	<u>379.125</u>	339.375	10.397.226	12.564.390



(=) Superávit acumulado

42.112

36.888

1.370.888

2.253.962

3. PAMA

O Plano de Assistência Médica ao Aposentado (PAMA) é um fundo de assistência financeira que foi constituído a partir de junho de 1991, com a finalidade de proporcionar o atendimento médico hospitalar aos participantes aposentados/beneficiários dos Planos de Benefícios PBS Assistidos e PBS Patrocinadoras, a custos compartilhados, quando do uso dos benefícios.

Conforme o seu regulamento, o plano é custeado por contribuições de cada uma das patrocinadoras, inclusive a TELEBRAS, à razão de 1,5% (um e meio por cento) sobre a folha salarial mensal dos participantes ativos vinculados aos planos PBS.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Fundo de assistência financeira	3.331.130	291.108
Outros exigíveis	<u>62.630</u>	<u>53.923</u>
Total dos fundos e outros exigíveis	<u>3.393.760</u>	<u>345.033</u>
Total dos ativos do plano	3.393.760	345.033

4. TELEBRASPREV

É um plano misto de previdência complementar, implantado no primeiro semestre de 2003, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social em 3/12/2002, na modalidade de contribuição variável, para benefícios programáveis (aposentadorias) e benefícios definidos de riscos (auxíliodoença, invalidez e pensão por morte), sendo composto por participantes que estavam no plano PBS-TELEBRAS.

É custeado pelos participantes e pela TELEBRAS, está no limite de até 8% (oito por cento) dos salários de participação dos integrantes do Plano.

Em 31/12/2015 e 31/12/2014, o plano apresentava as seguintes posições contábeis:

(=) Superávit acumulado	62.572	170.413
(-) Total dos ativos do plano	700.988	<u>637.351</u>
Provisões matemáticas e fundos Outros exigíveis Total das provisões/fundos e outros exigíveis	631.099 7.317 638.416	461.003 <u>5.934</u> 466.937
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>

b. Informações sobre os Planos de Benefícios Pós-emprego. Movimentações das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no Balanço.

1. Movimentação do Valor das Obrigações Atuariais

QUADRO Nº 1 - VALOR JUSTO DOS ATIVOS DO PLANO

ESPECIFICAÇÃO	PBS-A	PBS-Telebrás	Telebrás PREV
1. Valor dos ativos a mercado 1	9.462.105	331.237	610.668
2. Exigível operacional 2	24.672	187	475
3. Exigível contingencial 2	378.363	9.428	6.842



4. Fundos 2	1.727.372	156.297	296.860
5. Valor justo dos ativos do plano	7.331.697	165.323	306.490

- (1) Valor informado pela Telebrás, o qual não foi objeto de avaliações por parte deste relatório. A parte relativa à Telebrás no plano PBS-A é de 8,61%.
- (2) Valores extraídos dos balancetes da SISTEL.

QUADRO Nº 2 - COMPOSIÇÃO DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS DO PLANO

CONDITO IL 2 COMI COIGNE DE LA	12011001		
		PBS-	
ESPECIFICAÇÃO	PBS-A	Telebrás	Telebrás PREV
1. Renda variável	5,06%	-	-
2. Renda fixa	98,46%	92,27%	89,18%
3. Fundos de investimentos - outros fundos	-	3,84%	3,72%
4. Fundos emergentes	-	0,23%	0,61%
5. Fundos de renda variável	-	2,17%	2,18%
6. Fundos imobiliários	-	-	-
7. Operações à vista	0,38%	4,14%	5,25%
8. Contas a pagar/receber	-3,90%	-2,65%	-0,95%

QUADRO Nº 3 - DADOS DE ENTRADA

ESPECIFICAÇÃO	PBS-A	PBS Telebras	Telebras PREV
1. Taxa de desconto no início do exercício (custo dos juros)	13,36%	13,36%	13,36%
2. Tx. rendimento esperada s/ ativos do plano no início exercício	13,36%	13,36%	13,36%
3. Custo do serviço corrente	-	6	79
4. Benefícios pagos	46.340	8.890	14.871
5. Contribuições recebidas pelo fundo	-	7	2.600
6. Despesas administrativas	-	-	-
7. Valor presente da obrigação em 31/12/2014	533.099	145.934	288.191
8. Valor presente da obrigação em 31/12/2015	555.899	149.503	295.954
9. Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2014	682.630	150.423	395.338
10. Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2015	631.469	165.323	306.490

QUADRO Nº 4 - CONCILIAÇÃO DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL

ESPECIFICAÇÃO	PBS-A	PBS- Telebrás	Telebras PREV	
1. Valor presente da obrigação atuarial em 31/12/2014	533.099	145.934	288.191	
2. Custo dos juros	71.210	19.493	38.496	
3. Custo do serviço corrente	-	6	79	
4. Custo do serviço passado	-	-	-	
5. Benefícios pagos pelo fundo	(46.340)	(8.890)	(14.871)	
6. Despesas administrativas pagas pelo fundo	-	-	-	



7. (Ganhos)/perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	(2.070)	(7.039)	(15.941)	ı
8. Valor presente da obrigação em 31/12/2015	555.899	149.503	295.954	1

QUADRO Nº 5 - CONCILIAÇÃO DE ATIVOS DO PLANO

ESPECIFICAÇÃO	PBS-A	PBS-Telebrás	Telebras PREV
1. Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2014	682	150.423	395.338
2. Rendimento esperado dos ativos do plano	91.185	20.093	52.808
3. Contribuições recebidas pelo fundo	-	7	2.600
4. Benefícios pagos pelo fundo	(46.340)	(8.890)	(14.871)
5. Despesas administrativas pagas pelo fundo	-	-	-
6. Ganhos/(Perdas) atuariais s/ ativos do plano	(96.006)	3.691	(129.386)
7. Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2015	631.469	165.323	306.490

QUADRO Nº 6 - GANHOS E PERDAS ATUARIAIS

ESPECIFICAÇÃO	PBS-A	PBS-Telebrás	Telebras PREV
1. Valor Líquido acumulado dos ganhos e (perdas) atuariais e			
do serviço passado em 31/12/2014	-	-	-
2. Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos em 31/12/2014	-	-	-
3. Ganhos/(Perdas) atuariais para o ano sobre a obrigação	2.070	7.039	15.941
4. Ganhos/(Perdas) atuariais para o ano sobre os ativos do plano	(96.006)	3.691	(129.386)
5. Ganhos/(Perdas) atuariais do exercício	(93.935)	10.730	(113.444)
6. Ganhos/(perdas) atuariais e serviço passado não			
reconhecidos em 31/12/2015	-	-	-

QUADRO Nº 7 - CÁLCULO DA OBRIGACAO ATUARIAL DESCOBERTA

ESPECIFICAÇÃO	PBS-A	PBS-Telebrás	Telebrás PREV
1. Valor presente da obrigação em 31/12/2015	555.899	149.503	295.954
2. Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2015	(631.469)	(165.323)	(306.490)
3. Valor presente da obrigação descoberta	-	-	-

QUADRO Nº 8 - CÁLCULO DA DESPESA DO EXERCÍCIO

ESPECIFICAÇÃO	PBS-A	PBS Telebrás	Telebras PREV
1. Custo do serviço corrente	-	6	79
2. Custo dos juros	71.210	19.493	38.496
3. Rendimento esperado dos ativos do plano4. Custo dos serviços passados (benefícios não adquiridos)	(91.185) -	(20.093)	(52.808)
5. Custo dos serviços passados (benefícios adquiridos)	-	-	-
6. Despesa reconhecida na demonstração do resultado	(19.974)	(593)	(14.232)



QUADRO Nº 9 - MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	PBS-A	PBS-Telebrás	Telebrás PREV
1. Passivo/(ativo) líquido reconhecido em 31/12/2014	(149.531)	(4.489)	(107.146)
2. Despesa do ano	(19.974)	(593)	(14.232)
3. Pagamento de contribuições	-	(7)	(2.600)
4. Perdas/(ganhos) atuariais do exercício	93.935	(10.730)	113.444
5. Passivo/(ativo) líquido em 31/12/2015	(75.569)	(15.820)	(10.535)
5. Ajuste do teto de ativo	75.569	15.820	10.535
6. Passivo/ativo líquido	-	-	-

QUADRO № 10 - DESPESA PROJETADA PARA 2016

ESPECIFICAÇÃO	PBS-A	PBS-Telebrás	Telebrás PREV
1. Juros sobre obrigações atuariais	82.035	22.062	43.674
2. Rendimento esperado dos ativos	(93.187)	(24.397)	(45.229)
3. Custo do serviço corrente	-	7	91
4. Total da despesa	(11.152)	(2.327)	(1.463)

QUADRO № 11 - OBRIGAÇÃO ATUARIAL, VALOR JUSTO DOS ATIVOS DO PLANO E SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ATUAL E ANTERIORES - PLANO DE BENEFÍCIOS PBS-A

Valores em R\$ milhões

Rubrica	2013	2014	2015
Obrigação atuarial (A)	509,46	533,10	555,90
Valor justo (B)	644,40	682,63	631,47
Resultado (B - A) (+) Superávit/(-) Déficit	134,94	149,53	75,57

QUADRO Nº 12 - OBRIGAÇÃO ATUARIAL, VALOR JUSTO DOS ATIVOS DO PLANO E SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ATUAL E ANTERIORES – PLANO DE BENEFÍCIOS PBS-TELEBRAS

Valores em R\$ milhões

Rubrica	2013	2014	2015
Obrigação atuarial (A)	131,70	145,93	149,50
Valor justo (B)	149,56	150,42	165,32
Resultado (B - A) (+) Superávit/(-) Déficit	17,86	4,49	15,82

QUADRO Nº 13 - OBRIGAÇÃO ATUARIAL, VALOR JUSTO



DOS ATIVOS DO PLANO E SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ATUAL E ANTERIORES - PLANO DE BENEFÍCIOS TELEBRAS PREV

Valores em R\$ milhões

Rubrica	2013	2014	2015
Obrigação atuarial (A)	263,33	288,19	295,95
Valor justo (B)	389,68	395,34	306,49
Resultado (B - A) (+) Superávit/(-) Déficit	126,35	107,15	10,54

QUADRO Nº 14 - Premissas Atuariais

Plano PBS-A

i) Premissas Biométricas:

Tábua de mortalidade geral: AT-2000 feminina

Tábua de entrada em invalidez: Não aplicável

Tábua de mortalidade de inválidos: RP-2000 Disabled feminina

 Tábua de serviço: Combinação das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o Método dos Multidecrementos.

ii) Premissas Econômicas:

- Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 7,34%, obtida a partir da taxa de títulos públicos (NTN-B) registradas no final de 2014, com vencimento em 2024, por serem as mais compatíveis com o prazo de duração do passivo;
- Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano: 13,36%, composta
 pela inflação (6,74%) mais juros de 6,20% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação
 de 2014, como expectativa para 2015, e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de
 passivo e ativo no referido exercício;
- Taxa nominal do custo dos juros: 13,36%, composta pela inflação (6,74%) mais juros de 6,20% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2014, como expectativa para 2015 e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivos e ativo no referido exercício.
- Taxa de Rotatividade: 0,00%;

Taxa real de crescimento salarial: 0,00%

• Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%

• Taxa real de reajuste dos benefícios da Previdência Social: 0,00%



- Fator de Capacidade para salários: 100,00%
- Fator de Capacidade para benefícios: 100,00%
- Taxa esperada de inflação no longo prazo: 6,91%, obtida em pesquisa no site do BACEN

Outras Premissas:

- Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: Não usada
- Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: considera-se que 95% dos participantes sejam casados à data da aposentadoria, sendo os cônjuges do sexo feminino quatro anos mais jovens. São considerados, ainda, dois filhos com diferenças de idades para a mãe de 20 e 22 anos.

Plano PBS-Telebras

iii) Premissas Biométricas:

- Tábua de mortalidade geral: AT-2000 feminina
- Tábua de entrada em invalidez: Light Fraca
- Tábua de mortalidade de inválidos: RP-2000 Disabled feminina
- Tábua de serviço Combinação das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o Metódo dos Multidecrementos.

iv) Premissas Econômicas:

- Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 7,34%, obtida a partir da taxa de títulos públicos (NTN-B) registradas no final de 2014, com vencimento em 2024, por serem as mais compatíveis com o prazo de duração do passivo;
- Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano: 13,36%, composta pela inflação (6,74%) mais juros de 6,20% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2014, como expectativa para 2015, e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício;
- Taxa nominal do custo dos juros: 13,36%, composta pela inflação (6,74%) mais juros de 6,20% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2014, como expectativa para 2015, e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e no ativo no referido exercício;
- Taxa de Rotatividade: 0,00%;
- Taxa real de crescimento salarial: 0,00%
- Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%
- Taxa real de reajuste dos benefícios da Previdência Social: 0,00%



Fator de Capacidade para salários: 100,00%

Fator de Capacidade para benefícios: 100,00%

Taxa esperada de inflação no longo prazo: 6,91%

Outras Premissas:

- Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: Não usada
- Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: considera-se que 95% dos participantes sejam casados à data da aposentadoria, sendo os cônjuges do sexo femininos quatro anos mais jovens. São considerados, ainda, dois filhos com diferenças de idades para a mãe de 20 e 22 anos.

Plano Telebras PREV

v) Premissas Biométricas:

• Tábua de mortalidade geral: AT-2000 feminina

• Tábua de entrada em invalidez: Light Fraca

Tábua de mortalidade de inválidos: RP-2000 Disabled feminina

• **Tábua de serviço** - Combinação das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o Método Multidecrementos.

vi) Premissas Econômicas:

- Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 7,34%, obtida a partir da taxa de títulos públicos (NTN-B) registradas no final de 2014, com vencimento em 2024, por serem as mais compatíveis com o prazo de duração do passivo;
- Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano: 13,36%, composta
 pela inflação (6,74%) mais juros de 6,20% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação
 de 2014, como expectativa para 2015, e é usada para o cálculo das perdas e ganhos
 de passivo e ativo no referido exercício;
- Taxa nominal do custo dos juros: 13,36%, composta pela inflação (6,74%) mais juros de 6,20% ao ano. Essa taxa foi definida na avaliação de 2014, como expectativa para 2015, e é usada para o cálculo das perdas e ganhos de passivo e ativo no referido exercício.

Taxa de Rotatividade: 0%;

• Taxa real de crescimento salarial: 0,00%

• Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%



Taxa real de reajuste dos benefícios da Previdência Social: 0,00%

• Fator de Capacidade para salários: 100,00%

Fator de Capacidade para benefícios: 100,00%

Taxa esperada de inflação no longo prazo: 6,91%

Outras Premissas:

- Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: Não usada
- Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: considera-se que 95% dos participantes sejam casados à data da aposentadoria, sendo os cônjuges do sexo femininos quatro anos mais jovens. São considerados, ainda dois filhos com diferenças de idades para a mãe de 20 e 22 anos.

24 OUTRAS INFORMAÇÕES

24.1 Composição do Quadro de Pessoal da TELEBRAS incluindo empregados cedidos e requisitados

Em 31/12/2015, estavam cedidos 52 empregados à ANATEL e dezoito para outros órgãos governamentais (23 em 31/12/2013), com ônus para os cessionários, de acordo com o Decreto nº 4.050, de 12/12/2001, do total de 365 empregados da TELEBRAS.

Em 31/12/2015, contava ainda com 80 contratados "ad nutum".

24.2 Remuneração dos Administradores

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração, fiscal, e diretores:

	2015	2014
Remuneração Benefícios de curto prazo	2.664 -	2.480 196
Total	<u>2.664</u>	<u>2.676</u>

24.3 Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros de vida para cobertura dos empregados e diretores, cujos custos são compartilhados de forma proporcional. Os gastos na demonstração do resultado referentes a esse benefício em 31/12/2015 foram de R\$ 608 mil (R\$ 105 mil em 31/12/2014).

JORGE RICARDO BITTAR
DIRETOR PRESIDENTE



PAULO EDUARDO HENRIQUES KAPP

Diretoria Técnico-Operacional JOSÉ EMILSON MOTTA BARROS DE OLIVEIRA JÚNIOR

Diretoria Comercial

FLÁVIO LUIZ LAMMEL
Diretoria AdministrativoFinanceira e de Relações com
Investidores

ALBERTO CARLOS DE AGUIAR RODRIGUES

Contador CRC/DF 9.440/O-8